

INQUÉRITO

Rodrigo Bezerra Azevedo está preso no Rio de Janeiro por suspeita de integrar plano de golpe e de assassinato de autoridades para a tomada do poder

Kid preto depõe sobre plano para matar Lula

A Polícia Federal ouvirá, na terça-feira, o tenente-coronel Rodrigo Bezerra Azevedo por suposto envolvimento na articulação de um plano para assassinar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice Geraldo Alckmin (PSB).

Preso desde a semana passada, ele é citado pela investigação como um dos integrantes dos "Kids pretos". Segundo a PF, o grupo previa a execução de lideranças políticas e a criação de um gabinete golpista. Bezerra está preso no Rio de Janeiro e é o único alvo da Operação ContraGolpe que não aparece como indiciado no relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Na mesma força-tarefa, também foram presos o general da reserva Mário Fernandes, e os tenentes-coroneis Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, além do policial federal Wladimir Matos Soares. Juristas apontam que os atos descritos no relatório da Polícia Federal são suficientes para caracterizar os atos dos militares como tentativa de golpe, o que pela legislação brasileira é considerado crime.

O entendimento, porém, não é unanimidade e há quem avalie que as ações do grupo se enquadram apenas como atos preparatórios e, portanto, não seriam passíveis de punição. O ministro do STF Gilmar Mendes refutou essa última tese durante um congresso em São Paulo na semana passada. "A tentativa de qualquer atentado contra o Estado de

RAFAEL



Integrantes das Forças Especiais são presos suspeitos de planejar matar Lula, Alckmin e Moraes

Direito, ela já é, em si, criminalizada, de modo que já é um crime consumado. Até porque, quando se faz o atentado contra o Estado de Direito e ele se consuma, o Estado já não mais existe", disse.

As investigações mostram que o planejamento da ruptura democrática contou com reuniões com a cúpula das Forças Armadas, rascunhos de minutas

golpistas, planilha com detalhes do golpe, minuta de "gabinete de crise" que seria instalado após a ruptura e até o plano de envenenamento de Lula e de eliminar Moraes à bomba.

Segundo a PF, o general Mário Fernandes é o autor do plano "Punhal Verde e Amarelo". A ação esperava o apoio operacional de "kids pretos", como são

conhecidos os militares das Forças Especiais do Exército Brasileiro. Além do documento com o plano para matar Moraes, Lula e Alckmin, a PF localizou nos arquivos de Mário Fernandes um esboço de um decreto instituído um "gabinete de crise", que seria deflagrado após as execuções das autoridades. (Agência Estado)

STM negou pedidos contra Moraes

O Superior Tribunal Militar (STM) recebeu uma profusão de processos contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), nos últimos meses do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando ele já havia sido derrotado nas eleições de 2022.

A Corte é o órgão de cúpula da Justiça Militar e não tem competência para julgar ministros do STF, mas apoiadores de Bolsonaro vêm buscando — sem sucesso — "driblar" o impedimento. Pelo menos uma das ações foi protocolada em nome do ex-presidente, sem o consentimento dele.

Entre processos, como habeas corpus e notícias-crime, e recursos, foram pelo menos 20 ofensivas contra o ministro. Os processos vêm sendo sistematicamente rejeitados, sem análise de mérito, porque fogem ao escopo de atuação da Justiça Militar. Os ministros reconhecem que a matéria é "estranha" à competência do STM.

As ações contestam decisões de Alexandre de Moraes e algumas chegaram a pedir a prisão do ministro alegando que ele abusou da autoridade, submeteu bolsonaristas a constrangimento ilegal e cometeu crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

CNIJ/Divulgação



Superior Tribunal Militar é o órgão máximo da Justiça Militar

Os processos questionam a condução das eleições de 2022, organizadas por Alexandre de Moraes, que estava à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e decisões subsequentes do ministro

envolvendo os acampamentos montados próximo a instalações das Forças Armadas.

As investigações do 8 de Janeiro demonstraram que esses acampamentos funcionaram como palco da preparação dos atos

golpistas na Praça dos Três Poderes e do atentado à bomba próximo ao aeroporto de Brasília, na véspera do Natal de 2022.

O promotor Wilson Issao Kressawa, aposentado do Ministério Público do Distrito Federal, patrocinou diversos processos, alguns registrados no próprio nome e outros como representante de terceiros. As ações foram repetidamente rejeitadas. Um deles foi um habeas corpus para tentar soltar o pastor José Acácio Serere Xavante, que teve a prisão preventiva decretada por Moraes a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) por suspeita de "ameaça, perseguição e abolição violenta do Estado Democrático de Direito". A prisão deflagrou uma série de atos de vandalismo, em Brasília, em 12 de dezembro de 2022.

Os advogados Carlos Alexandre Klomfahs e Arthur Hermógenes Sampaio Júnior também tentaram reverter decisões de Alexandre de Moraes junto ao Superior Tribunal Militar e foram frustrados. Carlos Klomfahs é autor de diversos pedidos a favor de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro perante o STF. Ao apresentar os processos, ele afirma que atua "em nome da sociedade brasileira". (AE)

Medidas cautelares flexíveis

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes atendeu ao pedido de flexibilização da medida cautelar de Anderson Torres, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e ex-ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro (PL), acusado de omissão e de facilitação para os atos golpistas

de 8 de janeiro de 2023. Foi autorizada a saída de casa durante o período noturno e aos fins de semana para que ele possa cuidar de sua mãe, que está com câncer.

Torres, que cumpre prisão domiciliar determinada pelo STF, solicitou a flexibilização das medidas a Moraes. A mãe do ex-ministro mora com o companheiro,

de 73 anos, que, segundo a defesa, não tem condições de cuidar dela devido à idade avançada.

"Defiro parcialmente o requerimento e autorizo a flexibilização da medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno e aos finais de semana, para que Anderson Gustavo Torres possa visitar e acompanhar

a genitora nos cuidados necessários ao tratamento de sua saúde", escreveu Moraes.

Anderson Torres está entre os 37 indiciados no caso relacionado ao suposto plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o próprio Alexandre de Moraes.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azevedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Por que o golpe de Bolsonaro não se consumou?

Duas semanas antes de terminar o seu mandato, o ex-presidente Jair Bolsonaro compareceu a um jantar na casa do ex-ministro das Comunicações Fábio Faria, para o qual também foram convidados o então ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, presidente do PP, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli. O encontro antecedeu a exoneração de Faria da pasta, a pedido, o que viria ocorrer em 21 de dezembro, uma quarta-feira.

O vazamento do encontro ocorreu duas semanas após a conversa. Na primeira versão, "oficial", Bolsonaro estaria abatido com a derrota eleitoral e pretendia tirar um "período sabático" nos Estados Unidos, não comparecendo à posse de Lula. Nogueira, Faria e Toffoli tentaram convencer Bolsonaro a reconhecer a vitória do petista, para esvaziar os acampamentos bolsonaristas à porta dos quartéis, que defendiam uma intervenção militar e não reconheciam o resultado das urnas.

Bolsonaro teria se eximido de responsabilidade — "não mobilizou nada, então não vai desmobilizar nada" — e prometeu aos presentes que não faria "nenhuma aventura". Mais tarde, novos vazamentos deram mais detalhes: o ex-chefe do Planalto teve duas crises de choro, disse que não queria ser preso, que temia uma perseguição aos seus filhos e que não apoiava a realização de "atos terroristas". Na ocasião, teria sido convencido a não assinar a tal "minuta do golpe", o decreto de intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encontrado em poder do ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

O vazamento do encontro causou grande constrangimento para Toffoli, criticado por participar do jantar, num momento de muita tensão política entre Bolsonaro e o ministro Alexandre de Moraes. Quando presidente do Supremo, Toffoli foi o responsável por autorizar a abertura do inquérito das fake news, cujo relator é Moraes e que agora resultou no indiciamento do ex-presidente e seus aliados. Nos bastidores da Corte, porém, sabia-se mais.

Havia uma batalha entre a ala política do governo, que reconhecia o resultado da eleição, e o grupo de generais e policiais que cercava Bolsonaro, que pretendia mesmo impedir a posse de Lula, custasse o que custasse, sabe-se agora, inclusive, o assassinato do presidente eleito, seu vice Geraldo Alckmin e do próprio ministro Moraes, cujo sequestro ou assassinato teria sido preparado e abortado de última hora, em 15 de dezembro. Na ala política, os mais influentes eram Nogueira, Faria e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jorge Oliveira, advogado e policial militar, que fora secretário-geral da Presidência. O grupo militar era liderado por Braga Netto, o vice de Bolsonaro, mas não contou com apoio do Alto Comando do Exército.

Sustentação política

Destoava do grupo o almirante de esquadra Flávio Rocha, ministro da secretaria de Assuntos Estratégicos, apesar de o então comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, ter oferecido a Bolsonaro o emprego de seus fuzileiros navais para dar o golpe, "bastava uma ordem". O almirante Moura Neto, ex-comandante da Marinha, ao lado do general Enzo Peri, ex-comandante do Exército, atuaram nos bastidores da transição para que as respectivas forças não aderissem ao golpe. Apesar de supostamente "bolsonarista", o então comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, não aderiu aos golpistas.

Também faltou articulação internacional em apoio ao golpe. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, reconheceu de pronto a vitória de Lula. Depois, um diplomata lotado no Supremo foi despachado aos Estados Unidos para relatar ao Departamento de Estado, informalmente, o que estava se passando na transição de governo. Os militares norte-americanos mantêm estreita relação de cooperação com seus colegas brasileiros, principalmente do Exército, desde a II Guerra Mundial.

Havia base social para que o golpe fosse bem-sucedido, devido à estreita margem de vitória de Lula e à intensa mobilização dos militantes bolsonaristas. Também havia apoio de corporações que se identificam com Bolsonaro, como a maioria dos integrantes do Exército. Mesmo assim, prevaleceram a hierarquia e a disciplina, apesar dos esforços dos generais golpistas para desmoralizar o Alto Comando do Exército. O fator decisivo para frustrar o golpe, porém, foi a falta de apoio político e institucional, no Judiciário, inclusive, na Justiça Militar e no Congresso Nacional.

A vitória de Lula já havia sido reconhecida por todos os partidos, com exceção do PL de Bolsonaro, cujo presidente, Valdemar Costa Neto, entrou com uma ação que questionava o resultado das urnas. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), apoiavam a ala política do governo que trabalhava para neutralizar os golpistas. Nas conversas, todos se remetiam ao que ocorreu com os políticos que apoiaram o golpe militar de 1964 e acabaram tendo os direitos políticos cassados pelos militares, como Carlos Lacerda (UDN) e Juscelino Kubitschek (PSD).